A EXPANSÃO EUROPEIA OITOCENTISTA: EMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

José Jobson de Andrade Arruda

1. DELIMITAÇÃO TEMÁTICA

Colonização e emigração, expressões carregadas de alta densidade histórica, representam dois fenômenos essenciais à compreensão do processo histórico vivenciado pela humanidade no século XIX. Geralmente, analisadas de forma estanque[1], constituem, efetivamente, duas faces de um mesmo movimento que tem suas raízes profundamente fincadas no terreno fértil da industrialização dos países europeus, absolutamente coincidentes em sua fase temporal de mais alta intensidade, apesar de díspares em relação ao palco de sua atuação espacial. No fundo, todos os motivos elencados pelos historiadores e demógrafos no afã de explicar os dois movimentos têm um substrato comum, em sua dimensão econômica (a expansão industrial e a concentração do capital); em sua perspectiva social (o crescimento demográfico e a marginalização social); em sua esfera política (o elã nacionalista e a insurgência revolucionária); no plano ideológico (embate entre as correntes do liberalismo, tradicionalismo e socialismo); e, até mesmo, no nível científico e cultural (teóricas racistas e atração do ignoto).

Apesar de inserida num mesmo movimento de expansão européia que se iniciara no século XV, o fenômeno expressa, no século XIX, diferenças qualitativas em relação ao período precedente. Até as primeiras décadas do século XIX a colonização tem evidente primazia em relação à emigração. Os deslocamentos populacionais realizados pelos países europeus desenvolviam-se à custa de enormes sacrifícios em termos de recursos humanos, num período em que os índices de natalidade superavam exiguamente os de mortalidade, permanentemente submetido ao espectro das crises periódicas de fome, fruto dos ciclos climáticos que assolavam as economias do "antigo tipo"[2] e desencadeavam as pestes endêmicas. Pequenos países, escassamente povoados e com vastos territórios a povoar, a exemplo de Portugal, corriam o risco, freqüentemente apontado pelos contemporâneos, de despovoar-se em favor de seus territórios ultramarinos.

Territórios ultramarinos. Esta é a expressão chave. O esgotamento populacional do reino justifica-se plenamente na medida em que os espaços a serem ocupados eram considerados "território do vazio"[3], legitimados pelo direito de conquista e pelo fato de considerarem-se as populações autóctones cultural-

mente inferiores, assemelhadas aos recursos disponibilizados pela natureza, passíveis, portanto, de idêntica exploração: florestas, animais, especiarias, homens, diferenciavam-se apenas enquanto objetos animados e inanimados no afã espoliativo que orientou as colonizações da época moderna. Quando alguns destes recursos estratégicos escassearam ou, por algum motivo, tiveram que ser amplificados rapidamente, recorreu-se a massivas transmigrações continentais, caso emblemático do tráfico de escravos em direção à América.

O essencial a reter é que as terras do Novo Mundo, ou do continente africano, assumidas como extensões transoceânicas do continente europeu, de onde provinham os colonizadores, eram consideradas espaços nacionais. Portanto, a transferência de amplos contingentes populacionais não representava perdas em termos de recursos humanos, até mesmo porque a grande maioria dos emigrantes não tinha a intenção inicial de instalar-se definitivamente no mundo selvagem, assumindo a aventura como experiência passageira que findaria no almejado enriquecimento e o conseqüente retorno à metrópole. Assumidas como paraísos terreais, imaginário produzido na Europa fini-medieval, as colônias eram tidas como complementos naturais das nações colonizadas, onde a identidade dos povos europeus se firmava pela contra-prova do "outro", na qual a diversidade cultural européia, frente à unicidade cultural dos povos ameríndios, facultou a conquista, a catequese e a posterior colonização[4], concepção ideologicamente firmada pela idéia de superioridade civilizacional que se traduz em rótulos cravados nos territórios conquistados, chamando-se eufemisticamente o Brasil Colônia por América Portuguesa, quando todos estão a ver que se trata de uma colônia de exploração, gradualmente transformada em colônia de povoamento, mais pela ironia da história, do que pela vontade intencional de seus feitores. Sob a aparência de uma América Portuguesa, subjaz a essência inquestionável da condição colonial.

Os Impérios coloniais constituídos na modernidade são o fruto da expansão comercial e marítima, que resulta da crise de crescimento inserida na transição da sociedade feudal à capitalista. Enquadra-se, portanto, nos regramentos da economia então em formação, a chamada fase da acumulação mercantil que sobreleva o papel da circulação de mercadorias em detrimento da produção, que explica o realce adquirido pela política mercantilista ao privilegiar o regime de exclusivo colonial. Outra é a natureza dos movimentos populacionais do século XIX, sobretudo considerados a partir dos anos 1870, momento em que o capitalismo alcança sua maturidade ao celebrar a supremacia financeira em relação a todas as demais formas de acumulação, instaurando a fase que os intérpretes clássicos cognominaram por imperialismo[5].

Na primeira fase do antigo sistema colonial, a reexportação de produtos exóticos, típicos do mundo tropical, tornou-se a mola mestra das economias mercantilistas, especialmente o açúcar que, ao lado da exploração de metais preciosos, determinou o ritmo da acumulação mundial. Na última fase, a partir da segunda metade do século XVIII, especialmente no Império português, ensaia-se uma experiência inovadora: uma colônia diversificada, fornecedora

de matérias-primas e alimentos, consumidora de produtos manufaturados, sustenta a instalação de fábricas na metrópole, tecendo um novo quadro de relações que antecipa, de certo modo, a tônica que viria a ser dominante nas relações entre colonizadores e colonizados na segunda metade do século XIX[6].

2. BASES MATERIAIS DA EXPANSÃO OITOCENTISTA EUROPÉIA

Outra é a natureza dos movimentos populacionais que se desdobrarão em colonização e emigração no século XIX, sobretudo a partir dos anos 1870, momento no qual o capitalismo alcança sua plena maturidade. Ao capitalismo comercial, havia sucedido o industrial. Às barreiras criadas pelo mercantilismo impôs-se o livre-cambismo, que correspondia ao chamado capitalismo concorrencial, momento consagrador da hegemonia absoluta da Inglaterra por ser a única potência industrializada no planeta que, portanto, ao propugnar pelo livre-cambismo, almejava, em verdade, a abertura de todos os mercados mundiais para seus produtos industrializados.

Entre 1780 e 1830, fábricas, máquinas, invenções, inovações eram quase que exclusividade da Inglaterra. Daí a defesa do livre-cambismo que se traduzia em verdadeiro imperialismo do comércio livre[7]. Dos anos 1840 em diante o monopólio inglês começava a ser rompido. Beneficiada por meio século de hegemonia absoluta nos domínios da indústria, a Inglaterra viu-se impossibilitada de preservar este monopólio pela incapacidade de conter suas próprias contradições internas, isto é, a necessidade do setor de bens de produção em exportar suas máquinas, dada a inelasticidade do mercado interno, procedimento esse que resultaria, necessariamente, na instalação de fábricas em países que passariam a concorrer com a produção inglesa de bens de consumo, especialmente têxteis.

A política governamental que impedia a exportação de máquinas ruiu. Incapaz de conter a evasão de seus progressos tecnológicos, ciosamente preservados por décadas, trataram os empresários ingleses de assumir, eles próprios, a condução do processo de exportação de máquinas. Isto explica, de certa forma, por que foi a Bélgica o primeiro país a industrializar-se, na Europa, depois da Inglaterra, pela ação de capitalistas ingleses que cravaram na Europa sua ponta de lança industrial, inaugurando a fase que ficou conhecida como a dos *late comers*, isto é, a dos países de industrialização tardia[8]. Afluxo de capitais ingleses, ricas jazidas de ferro e carvão, proximidade do mercado europeu agilizaram o arranque industrial da Bélgica que, rapidamente, se enfileirou entre os países ditos industrializados[9].

O mesmo não se pode dizer da França. A experiência francesa nos domínios da indústria era muito anterior à da Bélgica. Em termos de ritmo de crescimento econômico, de parque industrial manufatureiro, a França estava até mesmo na dianteira da Inglaterra, ao findar o século XVIII. Os acontecimentos relacionados com as guerras da Revolução Francesa e do Império, contudo, tra-

varam a industrialização do país. De um lado, as transformações na estrutura agrária realizadas pela Revolução Francesa, bloquearam a expansão do mercado interno, promovendo a consolidação da pequena propriedade fundiária preservando o antigo modo artesanal de produção que travou a divisão social do trabalho e pôs a burguesia francesa na dependência do campesinato[10]. Por outro lado, o Bloqueio Continental, decretado por Napoleão contra a Inglaterra, em 1806, tornou-se uma arma contra a própria França. Senhora dos mares, a Inglaterra respondeu com o contrabloqueio marítimo da França, impedindo que a matéria-prima estratégica, que alimentava a crescente indústria têxtil, o algodão, chegasse às fábricas francesas, que haviam sido deslocadas do litoral em direção à região renana para melhor atingir o mercado continental. O golpe de morte assestado pelos ingleses veio com a ocupação de Portugal depois da fuga da família real para o Brasil, pois a grande fornecedora de matéria-prima para a indústria francesa era a colônia brasileira[11].

Nos anos 1840, portanto, a França não está iniciando, mas, sim, retomando um processo de industrialização bruscamente interrompido. Difícil é falar-se em arranque industrial no país que, mais propriamente, experimentou um lento crescimento, cuja aceleração nos anos 40 deve-se a iniciativas do poder público que adotou medidas protecionistas para o setor industrial, proibindo importações e estimulando exportações. De qualquer forma, a escassez de carvão, a má qualidade de ferro e a preferência dos capitalistas pelos empréstimos públicos, de baixo rendimento, mas seguros, ou então empréstimos internacionais, de mais alta rentabilidade, entorpeceram o crescimento industrial e atrasaram o desenvolvimento econômico, com todas as conseqüências sociais e políticas que, certamente, vieram a acarretar[12].

Enquanto a industrialização da Inglaterra teve um caráter amplamente liberal, isto é, com reduzida intervenção do Estado, limitadas a ações de caráter indireto, tais como organizar o sistema bancário, a dívida pública, a infra-estrutura viária e portuária, expandir a marinha de guerra protetora das rotas-chave de comércio internacional, a França optou por uma intervenção mais direta, assumida pelo próprio governo imperial de Napoleão III. Opção esta que foi também a dos alemães. Certos de que a intervenção do Estado poderia acelerar o processo de industrialização, a chamada via prussiana, desde cedo as elites políticas do país entrelaçaram medidas de unificação econômica, como o *zollverein* (união aduaneira), com ações diplomáticas e militares conduzidas pela Prússia, visando à unificação de todos os Estados alemães. Protecionismo estatal, aproximação entre a indústria e os bancos, racionalização empresarial, invenções e inovações, além de recursos naturais estratégicos, tornaram vertiginosa a caminhada da Alemanha rumo à industrialização, capacitando-a a disputar mercados tradicionalmente controlados pelos ingleses. O eixo indústria siderúrgica-parque ferroviário alavancou o rápido arranque industrial. Por volta de 1880, a tradicional indústria têxtil inglesa foi superada pela alemã, energizada pela adoção de fibras e corantes sintéticos em substituição aos similares naturais, anunciando um casamento revolucionário entre a pesquisa

científica, caso da química, e o desenvolvimento industrial puxado pelo avanço tecnológico[13].

Da mesma forma que na Alemanha, a industrialização da Itália foi tardia e orientada pelo Estado. Somente depois da unificação, em 1870, é que o impulso industrialista tomou conta do país, alcançando resultados promissores em 1880-1890[14]. A indústria siderúrgica concentrou-se no norte, prejudicada pela falta de carvão, mas foi beneficiada pela produção de energia elétrica, cujas usinas foram financiadas pelos alemães. As indústrias mecânicas cresceram, sobretudo aquelas ligadas aos setores naval, ferroviário, têxtil e elétrico. Somente o setor têxtil, porém, tinha competitividade para se defrontar com ingleses e alemães no mercado externo. Um dos mais graves problemas postos pela industrialização italiana foi o severo desequilíbrio entre o norte e o sul do país, configurando a perversa dualidade agrário-industrial.

No concerto europeu, além da Bélgica, França, Alemanha e Itália, merece destaque a tardia industrialização da Rússia, mas que atingiu uma das mais elevadas taxas de crescimento anual até então registradas, em torno de 8%. Concorreram para este fato a presença de técnicos e capitais estrangeiros, além da indispensável ação do Estado, que pressionou o consumo dos camponeses para que os produtos agrícolas fossem transformados em excedentes exportáveis, geradores de rendimentos que pudessem ser investidos no setor industrial. No final do século, mais da metade dos investimentos industriais eram estrangeiros, operando através de grandes conglomerados, vastos cartéis controlavam as indústrias siderúrgicas e mecânicas, por exemplo, onde pontificava o capital francês, líder entre outros países investidores, secundado por alemães e ingleses que controlavam o setor têxtil, responsável por um terço da produção da indústria nacional.

Foi verdadeiramente impressionante o arranque industrial da Rússia nas duas últimas décadas do século XIX, coincidindo com o retorno do Estado à cena econômica, pela adoção de tarifas defensivas, em 1877, que se tornaram desabridamente protecionistas em 1880, quando assumiu a responsabilidade pela construção de ferrovias, especialmente da obra gigantesca representada pela estrada de ferro transiberiana. O capitalismo na Rússia, portanto, não estava em fase de estagnação, mas sim em pleno florescimento no ano de 1913, às vésperas do país ingressar na Primeira Guerra Mundial, quando sua produção industrial era a quinta do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e França[15].

Fora da Europa, no século XIX, destacam-se as industrializações do Japão, na Ásia, e dos Estados Unidos, na América. Ambas têm a ver com os movimentos populacionais massivos que se verificaram na Europa, pois na medida em que deixaram de ser mercados abertos para as mercadorias industrializadas européias e, reversamente, passaram a fornecer produtos à própria Europa, desenvolvendo uma política agressiva de competição via preços, acabaram por penetrar em mercados tradicionalmente abastecidos pela indústria européia. No caso dos Estados Unidos, particularmente, o arranque industrial foi tão vertigi-

noso que criou um mercado extremamente atraente para as massas operárias e camponesas de todo o continente europeu, gerando um dos mais intensos fluxos migratórios já testemunhados pela história.

O processo de industrialização acarretou uma série de contradições que, no limite, seriam responsáveis pela colonização e emigrações do século XIX. A acumulação industrial gerou recursos de tal ordem que, o capital acumulado, para manter a mesma taxa de lucratividade, não poderia se restringir ao mercado europeu, tinha que buscar novas oportunidades representadas pelos investimentos nos países de industrialização mais recente, dentro ou fora do continente europeu, especialmente nos empreendimentos de alto porte que exigiam o compromisso dos governos locais, a exemplo de ferrovias, iluminação a gás, abertura de canais, instalação de portos, exploração de minas, prospecção de petróleo. A concorrência entre os países industrializados exacerbou a batalha por mercados, forçando no sentido do rompimento das fronteiras ditas nacionais, apelando a agressiva busca por mercados nas colônias que trariam a vantagem suplementar de ofertar matérias-primas requeridas pelas indústrias, sobretudo as estratégicas, tais como cobre, ferro, manganês, petróleo.

O resultado foi a colonização avassaladora dos territórios africanos, considerados disponíveis, das terras banhadas pelo Oceano Pacífico em direção à Ásia, menos para a América Latina, onde a Doutrina Monroe, brandida pelos Estados Unidos, barrava qualquer pretensão dos europeus, por firmar o princípio – extremamente benéfico para os norte-americanos – "a América para os americanos", pois preservava os mercados existentes como reserva futura para os detentores da estrutura industrial mais poderosa do continente. No período que medeia entre 1876 e 1914, a Inglaterra viu ampliados os seus territórios em mais de dez milhões de quilômetros quadrados; a França em nove; a Bélgica em dois; a Itália em dois; e a Alemanha em 2,5, isto sem considerarmos o fato de que a Alemanha entrou tardiamente na corrida colonialista, somente depois que Bismarck foi marginalizado na condução da política exterior, pois o chanceler do Império alemão evitara, a todo o custo, envolver-se nas aventuras colonialistas que pudessem abalar seu jogo de alianças conducentes ao isolamento da França na Europa[16].

A face mais visível do novo capitalismo financeiro, que representa essencialmente o casamento entre os interesses industriais e bancários, sob a égide do último, é o enorme potencial de acumulação, sobretudo os investimentos iniciativos de alta escala. A face menos visível, mas exatamente aquela que tem o impacto social mais desastroso, é a tendência à homogeneização do processo produtivo em escala cada vez mais ampliada e com padrões tecnológicos progressivamente diferenciados[17]. Esta constatação tem dois desdobramentos extremamente importantes para o entendimento da emigração européia: a incorporação de procedimentos tecnológicos cada vez mais avançados significava o aumento da produção com menor número de trabalhadores, reduzindo, conseqüentemente, a massa salarial paga e ampliando os lucros dos empresários, gerando desemprego e miséria; a destruição sistemática da tradicional produção artesa-

nal e manufatureira, das formas corporativas de organização do trabalho, cujo resultado era a migração de trabalhadores dos setores tradicionais para os modernos, inflando a oferta de trabalho e reduzindo ainda mais a possibilidade de elevação dos salários. Se atentarmos para o fato de que os trabalhadores da antiga indústria, na maior parte dos países europeus, com exceção da Inglaterra, eram ao mesmo tempo artesãos e agricultores, pode-se imaginar o impacto desta transformação, seja pela pressão que será exercida sobre a terra, seja pelas tensões sociais inevitáveis[18].

O ponto de encontro entre a riqueza e a miséria gerada pela industrialização realiza-se na revolução operada nos meios de transportes. As estradas de ferro representaram o maior investimento industrial do século XIX. Em 1870, a malha ferroviária européia estendia-se por 104 mil quilômetros de trilhos, 22 mil deles na Inglaterra, 20 mil na Alemanha e 18 mil na França. Do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos exibiam orgulhosos seus 93 mil quilômetros de vias férreas. A construção dessas estradas exigiu a mobilização dos bancos e a criação de sociedade por ações, que dinamizaram ainda mais a circulação de capitais. Ampliaram a oferta de trabalho, mobilizando cerca de dois milhões de trabalhadores, por volta de 1860, além de repercutir diretamente sobre a produção de ferro, aço, locomotivas, vagões, trilho, dormentes, estações. Agilizaram o deslocamento dos operários das zonas suburbanas ou rurais pela diminuição do custo das passagens. O transporte marítimo sofreu transformação semelhante. A invenção do barco a vapor impulsionou as viagens transoceânicas, após a invenção da hélice, em 1838, transformando em peças de museus belos *clippers*, movidos a vela, eles que eram capazes de cruzar o Atlântico em apenas dezessete dias, na linha Europa-América. Sem o sistema ferroviário e os novos transportes marítimos, os deslocamentos massivos seriam impossíveis, inviabilizando os movimentos migratórios em direção ao continente americano.

Um dos resultados mais impressionantes da revolução nos transportes marítimos foi a incrível elevação do deslocamento de carga através dos oceanos. De dois milhões de toneladas, em 1800, para 9 em 1850, 20 em 1880, e 35 em 1910, quando o vapor venceu definitivamente a vela, uma vitória do homem sobre a natureza, do planejamento racional da utilização de combustível sobre o regime de ventos, cujo significado mais profundo foi a introdução da humanidade numa concepção absolutamente revolucionária de velocidade do tempo[19]. Nos barcos a vapor, plenos de carga e apinhados de emigrantes, consubstanciavam-se as duas faces do capitalismo monopolista, a riqueza e a miséria, sem as quais, tanto a colonização quanto a emigração não teriam lugar na história. Eles simbolizavam o que de mais essencial representa a nova configuração do capital em sua voracidade pelo controle de todas as formas de riquezas disponíveis na face da terra, isto é, a diminuição do espaço pela contração do tempo, formulação esta que somente a acuidade intuitiva de um grande filósofo do porte de Karl Marx poderia apreender e sintetizar:

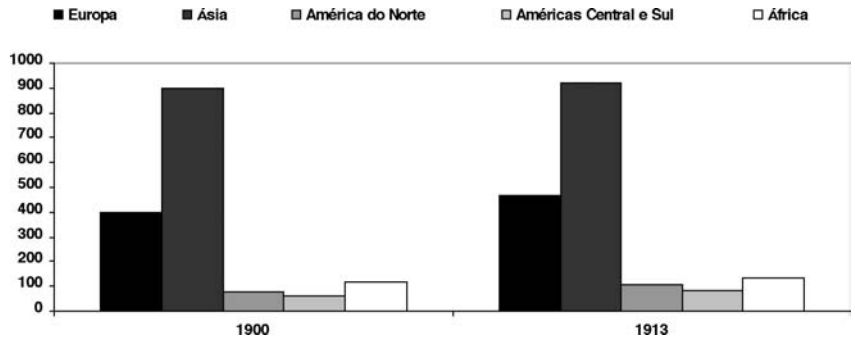
> Ao mesmo tempo o capital tende, por um lado... a conquistar a terra inteira como um mercado e, por outro, anular o espaço por meio do tempo, isto é, a reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar a outro[20].

3. BASES POPULACIONAIS E SOCIAIS DA EXPANSÃO OITOCENTISTA EUROPÉIA

A revolução operada nas indústrias e nos transportes marítimo-ferroviários está na base da explosão demográfica européia do século XIX que, por sua vez, é a matéria-prima essencial para os fenômenos correlatos da colonização e da emigração que emblematizaram historicamente o século. Entre 1870 e 1913, a população mundial passou de 1 bilhão e 100 milhões para 1 bilhão e 600 milhões de habitantes.

Figura 1: Distribuição continental da população mundial em milhões de habitantes

CONTINENTES	1900	1913	DENSIDADE	CRESCIMENTO (1850 a 1913)
EUROPA	401	468	40,1	50%
ÁSIA	900	923	21,3	18%
AMÉRICA DO NORTE	81	108	3,4	222%
AMÉRICAS CENTRAL E SUL	63	82	3,4	92%
ÁFRICA	120	135	4	20%
OCEANIA	6	–	8	300%
MUNDO	1 571	1723	12	42%



Fonte: PRADA, 1968: 182

Mesmo tendo menos da metade da população da Ásia, a Europa mantém-se como centro dinâmico da população mundial, não somente porque detinha 25% do estoque, mas por ter a maior densidade e se constituir no centro exportador de emigrantes para vários continentes, especialmente para as regiões despovoadas da América, Oceania e partes do continente africano. A população européia mais do que triplicara no período de 1800 a 1920 (de 144 para 486 milhões); cresceu mais rapidamente do que as populações asiáticas ou africanas. Se levássemos em consideração a população européia dispersa no mundo, incluindo aqueles que se instalaram na Rússia asiática, o número passaria de 158 para 703 milhões[21]. O ápice do crescimento populacional se dá entre 1870-1880, exatamente o período em que tem início o *boom* emigracionista.

A Revolução Industrial é a peça-chave desse crescimento, pois estabiliza o quadro social; estimula os casamentos em mais baixa idade; gera a necessidade de mais filhos para aumentar a renda familiar. Por outro lado, a transformação da estrutura agrária, sobretudo em países como a Inglaterra, fixou a população no campo, implantou o regime salarial e, por decorrência, intensificou o ritmo do crescimento populacional. O padrão alimentar incrementou-se por conta das novas condições impostas pela nascente sociedade de massa. Novos produtos e renovados instrumentos de trabalho, que as tecnologias emergentes em conexão com os avanços científicos poderiam oferecer, foram incorporados. A introdução da batata inglesa teve uma importância estratégica na supressão da fome, ao mesmo tempo em que as culturas forrageiras aumentaram consideravelmente a produção pecuária, de carne ou derivados. O mesmo se pode dizer do trigo, milho e carne procedentes do Estados Unidos, mas também do Canadá, Austrália, Argentina e Índia, viabilizados pela redução significativa do custo dos transportes, que fizeram o *bushel* (equivalente a 35,23 litros) de trigo, que custava 1 dólar e meio em 1871, passar a 86 centavos em 1885[22], rebaixando o custo de subsistência das populações de mais baixa renda, ao mesmo tempo em que elevava sua esperança de vida pela qualidade nutritiva dos alimentos importados[23].

O binômio industrialização-urbanização, criador de ambientes insalubres na primeira fase da industrialização, foi reequacionado na segunda metade do século XIX, especialmente em países de rápida e pioneira industrialização como a Inglaterra, onde os equipamentos urbanos melhoraram as condições de higiene e, portanto, reduzindo o meio propício à proliferação de moléstias infecciosas que redundavam em verdadeiras epidemias. Neste particular, o avanço da ciência veio em socorro da humanidade, sobretudo dos descobrimentos de Pasteur e seus seguidores que, com suas vacinas, tornaram possível combater os estragos produzidos pelos bacilos do tifo, cólera e difteria, sobretudo no seio da população infantil.

A correlação entre meios, que tornavam a vida mais longa e exorcizavam a morte, põem em movimento um crescimento populacional explosivo, pois o índice de mortalidade normal torna-se, desde o começo, notavelmente inferior aos nascimentos[24]. O índice de mortalidade que era de 25 por 1000 em 1800,

reduziu-se a 18,5 em 1900. Os índices relativos às taxas de natalidade também registraram descenso, mas num ritmo inferior aos da mortalidade. A baixa foi mais intensa nos países da Europa Ocidental, de industrialização mais ampla e economicamente mais desenvolvidos, tais como Inglaterra (de 35 a 24 nascimentos por 1000); Alemanha (de 37 a 26 nascimentos por 1000); e, França (de 26 a 24 nascimentos por 1000). A redução das taxas de natalidade evidenciada pela estatística revela que ela é inversamente proporcional ao nível econômico e social. De qualquer forma, a redução também foi influenciada pelas práticas ditas malthusianas, relacionadas com o estímulo ao *birth-control*, através da sujeição moral dos homens entre os quais se exortavam os casamentos tardios, a abstinência sexual, nos termos do glossário pensado por Thomas R. Malthus que, em 1897, desenvolvera sua teoria demográfica baseada em dois princípios cruciais: a população, no contexto da Revolução Industrial, tenderia a crescer numa progressão geométrica, duplicando a cada 25 anos, caso não fosse detida por pestes, guerras, acidentes naturais; a produção de subsistência cresceria numa progressão aritmética, tornando a fome e a miséria uma realidade futura e inexorável.

As teorias de Malthus pareciam corretas *vis-à-vis* aos problemas criados pelo crescimento populacional desenfreado nas décadas finais do século XIX, o que explica o surgimento de associações malthusianas que defendiam medidas restritivas aos nascimentos como forma de combate à crise econômica e social, extremamente severa sob a Grande Depressão (1873-1896). A reação dos países europeus à proliferação das "clínicas de maternidade", preconizadas pelo movimento conduzido pelo médico inglês Drysdale, variou significativamente. Enquanto a Holanda não colocou obstáculos legais à pregação malthusiana, França e Alemanha proibiram-na até a Primeira Guerra Mundial, ao passo que, na Inglaterra, a Igreja puritana aceitou a política de controle da natalidade. Se o problema era diminuir a natalidade, o foco da ação teria que recair sobre a massa operária, mobilizando, sobretudo, as associações trabalhistas, onde, entretanto, encontrou uma forte resistência encetada pelos socialistas, neste caso irmanados ao movimento católico. Paradoxalmente, foi no seio das classes privilegiadas que as pregações do movimento encontrou maior receptividade, o que não se explica pela qualidade de suas mensagens, mas sim pela tendência natural das camadas médias em ascensão e das próprias elites a restringirem, por motivos de ordem econômica e social, os seus nascimentos[25].

Figura 2: Distribuição da população europeia por país em milhões de habitantes

PAÍSES	1880	1900	1913	DENSIDADE EM 1900
GRÃ-BRETANHA	29,8	37	40,9	163
FRANÇA	37,7	39	39,2	73
ALEMANHA[1]	45,1	56,4	66	103
ÁUSTRIA-HUNGRIA	39,2	47	51,3	87
RÚSSIA[2]	75,1	112	122	20
ESPANHA	17,8	18,6	19,6	37
HOLANDA	4	5	5,8	170
BÉLGICA	5,4	6,7	7,5	227
SUÉCIA	4,5	5,1	5,5	11
DINAMARCA	2	2,5	2,9	64
NORUEGA	1,9	2,2	2,5	7
PORTUGAL	4,2	5,4	5,9	59
SUÍÇA	2,8	3,3	3,9	89
IRLANDA	5,1	4,5	4,3	53
GRÉCIA	1,6	2,5	4,8	38
ROMÉNIA	4,4	5,9	15,7	15
BULGÁRIA	–	3,7	4,8	54

[1] Inclui 1,8 milhões de habitantes da Alsácia-Lorena anexada em 1871.

[2] Somente a Rússia européia, excluindo: Polônia, 13; Finlândia, 3; Ásia caucásica, 12; Sibéria, 9,5; Ásia central, 10,5; totalizando 170 milhões de habitantes.

Fonte: PRADA, 1968: 182

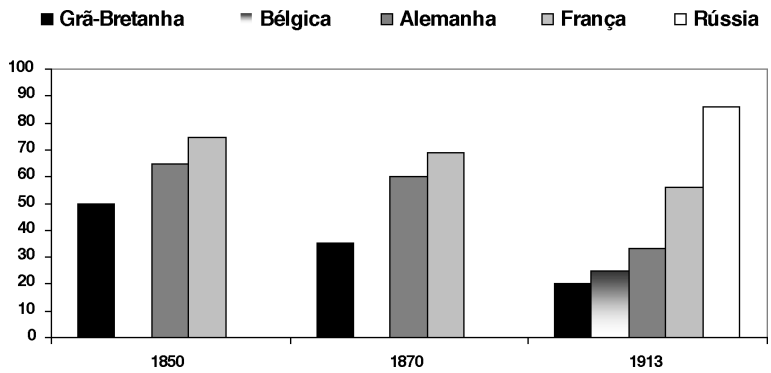
O quadro comparativo da distribuição da população européia entre 1880 e 1913 permite-nos estabelecer uma correlação nítida entre suas tendências mais significativas e os deslocamentos populacionais, de colonização ou emigração. A estabilidade demográfica da França é uma exceção à regra geral dos países europeus ocidentais. Inglaterra, Alemanha, Holanda e Bélgica têm crescimento significativo, mas inferior ao dos países da Europa mediterrânica ou oriental, exatamente de onde saem as massas mais numerosas rumo à emigração. A Irlanda é uma excrescência estatística, pois sua população foi reduzida em cerca de 50% em virtude da intensa emigração.

A farta disponibilidade de homens e mulheres não é razão suficiente para entender os deslocamentos populacionais, sobretudo a emigração. A marginalização do sistema produtivo gerado pela Revolução Industrial é a pedra de toque. Para aqueles que possuíam um emprego nas fábricas, por piores que fossem as condições de trabalho, por mais baixos que fossem os salários, os desafios intrínsecos a uma aventura transoceânica eram amedrontadores. O problema eram os deserdados do trabalho, desempregados ou subempregados, fossem eles originários das formas artesanais pregressas da atividade industrial,

ou da velha indústria articulada à atividade agrícola. O êxodo rural foi avassalador na segunda metade do século XIX. Em 1850, a Inglaterra tinha 50% de sua população na zona rural; em 1870, 35%; e, em 1912, apenas 20%. Na Alemanha, nas mesmas datas, passaram de 65% para 60% e, finalmente, 33%. Até mesmo a França, cujo desenvolvimento industrial fora arrastado, apenas 55,8% viviam no campo em 1913, eles que somavam 68,9% em 1870 e 74,55% em 1850. O espelho reflexo deste êxodo rural é o notável crescimento das cidades. Somente 44 cidades reuniam mais de 100 mil habitantes em 1850; em 1913, já eram 180. Entre as que ultrapassavam um milhão de habitantes, Londres, Paris, Moscou e Berlim, reuniam vários milhões. Em 1913, viviam nas cidades 36% da população inglesa, 21% da alemã, 18% da belga e 15% da francesa.

Figura 3: Representação percentual da concentração rural da população europeia

PAÍSES	1850	1870	1913
GRÃ-BRETANHA	50%	35%	20%
BÉLGICA	–	–	25%
ALEMANHA	65%	60%	33%
FRANÇA	74,5%	68,9%	55,8%
RÚSSIA	–	–	86%



Fonte: PRADA, 1986: 190

A questão da terra é central na compreensão deste fenômeno social. Muitos que se deslocavam do campo para a cidade não o fizeram atraídos pela riqueza, mas sim pela necessidade ingente de escapar da miséria absoluta. Grandes proprietários preservaram a terra como reserva de valor, de poder político e prestígio social, mesmo que a mantivessem inculta. Nos casos em que ainda se conservaram como pequenos proprietários, viam-se abatidos pelas más colheitas ou pela concorrência dos cereais importados, cujos preços não cessavam de

cair. Por isso, a dimensão terra tem dois significados: sua escassez, ou inviabilidade econômica, gera a repulsão, a necessidade de sair; ao mesmo tempo, dispara o desejo pela terra farta e fértil nos territórios de arribação. Nestes termos, a emigração do século XIX foi, essencialmente, a transferência de camponeses e trabalhadores rurais de regiões onde a terra era escassa e o trabalho abundante para lugares carentes de trabalho em terras inesgotáveis. Apesar de a maioria dos imigrantes identificarem-se como de origem urbana nas listagens dos países receptores, é quase certo que procediam do campo, há mais ou menos tempo. De qualquer forma, se o velho mundo os excluiu, se o novo mundo os incluiu, é certo que a imensa maioria partiu movida pela esperança de um futuro melhor.

4. BASES POLÍTICAS E CULTURAIS DA EXPANSÃO OITOCENTISTA EUROPEIA

Se as razões econômicas, sociais e populacionais foram preponderantes na explicação dos movimentos de colonização e imigração, no século XIX, as motivações político-culturais não foram menos significativas. Seja pelo desencantamento com os rumos da trajetória política dos países europeus, seja pela exclusão arbitrária imposta por regimes intransigentes, seja pela assunção consciente de princípios políticos e ideológicos contrapostos aos dominantes, seja pelo sonho utópico da construção de um modelo ideal de sociedade política, muitos foram os que se expatriaram, engrossando as ondas de migrantes dos novos tempos.

Se as emigrações espontâneas da época moderna resultaram, em larga medida, no casamento entre Estado e Igreja, da identificação entre unidade política e unidade religiosa consagrada na fórmula "cada príncipe com sua religião", que fazia da perseguição religiosa uma política de Estado, no século XIX a energia motriz urdia-se na onda revolucionária que se arremeteu sobre as monarquias absolutistas, inaugurada com a Revolução Francesa, de 1789, e finalizada com a Comuna de Paris, de 1871. Este foi o período glorioso das revoluções burguesas que se abre com a emigração dos nobres franceses e se fecha com a migração forçada dos operários parisienses após o fracasso da Comuna. No intervalo, entre esses dois extremos, os picos revolucionários não deixaram de abalar os alicerces do poder aristocrático reconsolidado pela restauração européia, conduzida pelo Congresso de Viena[26].

A Revolução de 1830, na França, viu renascer as barricadas em Paris e repercutiu sobre toda a Europa. A Bélgica, com apoio da Inglaterra, libertou-se da dominação holandesa. Na Polônia, uma revolta de cunho nacionalista foi abafada pelos russos. Movimentos de caráter liberal e nacionalista explodiram na Alemanha, Espanha e Portugal.

Abafada em 1830, a vaga revolucionária ressurge com força ampliada em 1848. Voltam a ser brandidos os princípios do liberalismo (contrário aos regimes absolutistas) e do nacionalismo (que buscava unificar os povos de mesmo

origem e cultura), agora reforçados pelo socialismo, ideário novo, que fizera sua estréia em 1830, e que preconizava reformas mais radicais em prol das massas despossuídas. A crise econômica que se abateu sobre a Europa entre 1846 e 1848 agravou a condição das classes inferiores. Péssimas colheitas, paralisação do desenvolvimento industrial, escassez de recursos financeiros fizeram crescer o descontentamento de camponeses e proletários, que passaram a exigir melhores condições de vida e reformulação na política e distribuição dos recursos públicos.

Como já era tradição, a revolução irrompeu na França. Os comícios em prol de reformas eleitorais foram proibidos. Manifestantes enfrentaram as tropas leais ao governo, resultando em grande número de mortos. As barricadas, de novo, tomaram conta de Paris e a II República foi proclamada na França. As medidas do novo governo não foram, contudo, suficientes para deter a crise. As Oficinas Nacionais, financiadas com a elevação dos impostos, destinadas a ofertar emprego aos trabalhadores, amplificou a crise financeira do Estado. De novo nas barricadas, o povo insurreto tentou fazer uma revolução dentro da revolução. A violenta reação do governo culminou com 16 mil revoltosos mortos e o exílio forçado de outros quatro mil. A reação burguesa não se fez esperar e o governo foi entregue a Luís Napoleão, que proclamou o II Império da França.

Mais uma vez o exemplo francês incendiava a Europa. Na Itália, a crítica movida pelas sociedades secretas, especialmente a Carbonária, atingia os Estados italianos dominados por governos absolutistas. A defesa de princípios liberais era agora reforçada pelo nacionalismo, cujo foco central passou a ser a luta pela unificação do país. Uma constituição foi imposta ao Reino das Duas Sicílias; a luta contra os austríacos teve início na Lombardia; revoltas explodiram na Toscana e no Estado papal.

O mesmo binômio liberalismo/nacionalismo provocou fortes manifestações na Alemanha, quando levantes populares obrigaram o rei da Prússia a prometer uma constituição, que somente não foi avante pela dissensão entre os próprios revoltosos. No império austríaco, formado por uma ampla coalizão de nacionalidades sob a casa dos Habsburgos – alemães, húngaros, tchecos, eslovacos, poloneses, rutenos, romenos, sérvios, croatas, eslovenos, italianos –, os insurretos provocaram a queda do ministro Metternich, em Viena. Poloneses se rebelaram, liderados por Palacky, e, após terem convocado uma reunião dos povos eslavos em Praga, foram vencidos pela reação violenta dos exércitos do regime absoluto, implantando-se uma feroz perseguição política no Império.

Industrialização e urbanização acelerada criaram o ambiente propício à fermentação das idéias revolucionárias que voltaram a agitar a França, em 1871, na eclosão da Comuna de Paris. A disseminação das idéias socialistas tornou mais ácidas as críticas dirigidas pelos insurgentes ao *stablishment* detentor do poder. Manifestos e associações internacionais de trabalhadores alimentaram, com idéias e ações, o movimento. A falsa sensação de segurança, adquirida pelas classes dominantes, após o desfecho favorável da Revolução de 1848,

que literalmente havia enterrado o movimento revolucionário de cunho mais radical, fê-la descansar sobre os louros da vitória, desmobilizando-a em relação à necessidade de enfrentar objetivamente as reivindicações das classes subalternas, especialmente dos operários industriais.

A frágil estabilidade política foi rompida com o vexame do exército francês perante os alemães na batalha de Sedan, quando o Império foi humilhado pela superioridade militar dos alemães na guerra Franco-Prussiana, culminando na proclamação do Império alemão na sala dos espelhos do Palácio de Versalhes. Um governo de defesa nacional instalou-se em Paris, e a recusa de Napoleão III em aceitar a oferta de Bismarck no sentido de que ele liderasse suas tropas ainda intactas contra os revolucionários, decretou o fim de sua trajetória política, de seu Império, de sua dinastia. Proclamada a III República, sob a liderança de Thiers, fez-se a paz com os alemães, pagando-se pesada indenização de guerra, em ouro, marcos, moedas estrangeiras e, sobretudo, pela entrega dos territórios da Alsácia e da Lorena, ricas em jazidas de ferro. Era demais. As massas, movidas por um ardor patriótico, instalaram a Comuna, isto é, uma Assembléia detentora de todo o poder em Paris, reeditando a experiência de 1792-1793. O Conselho Geral da Comuna organizou-se em Comitês, liderados por um Comitê Central, constituído por jornalistas, artesãos, comerciantes, lojistas, operários, cujos atos resultaram na separação entre Igreja e Estado, na adoção de um calendário revolucionário, na laicização das escolas públicas, na proclamação da luta de classes como vórtice mobilizado e no assumir da bandeira vermelha como símbolo do sentido socialista que impregnava a revolução.

A guerra entre o governo republicano instalado em Versalhes e as forças da Comuna sediadas em Paria tornou-se violenta. Mais de 500 barricadas foram erguidas na cidade. A Comuna reuniu um exército de 160 mil homens, dos quais apenas 30 mil combatiam de forma organizada. As forças republicanas somavam 130 mil homens, mais de 100 mil deles soldados feitos prisioneiros pelos alemães, em seguida liberados por Bismarck, interessado em conter a nova onda revolucionária que, bem sabia, poderia novamente contaminar a Alemanha. Atrocidades foram cometidas de ambos os lados. À invasão de Paris pelas forças republicanas seguiu-se a "Semana Sangrenta", entre 21 e 28 de maio de 1871. Paris foi incendiada pelas forças da Comuna para tentar conter o avanço das tropas inimigas; fuzilamentos sumários foram executados. O saldo do conflito dá bem uma idéia da violência política nesse período e como o desejo de segurança e paz poderia facilmente nascer nos corações dos homens. Calcula-se que foram mortas entre 17 e 25 mil pessoas; que foram executados entre 17 e 38 mil insurretos; que 45 mil foram processados; que 13 mil foram condenados. A cidade perdeu grande parte de seus artistas, morreram metade dos pintores e dos profissionais mecânicos. A tradição insurgente de Paris foi literalmente soterrada.

Enquanto o ideário socialista era derrotado na França, na Alemanha e na Itália, o nacionalismo vitorioso conseguia a unificação de dois dos países mais importantes na exportação de homens e mulheres no século XIX, pois tais pro-

cessos não se fizeram sem o concurso de guerras devastadoras que produziram vencidos e vencedores. Na Alemanha, as guerras contra a Dinamarca, contra a Áustria e contra a França, etapas sucessivas delineadas pela estratégia de Bismarck, destinadas a motivar os alemães a se unirem contra inimigos externos, se, por um lado, incendiavam o patriotismo nacional; por outro, barravam a penetração do ideário socialista propagado pelas internacionais dos trabalhadores. Na Itália, o procedimento foi semelhante. Cavour buscou o apoio de Napoleão III contra a Áustria para libertar os territórios italianos sob seu controle; estimulou Garibaldi a desembarcar na Sicília; voltou-se contra os Estados papais, invadindo seu território; aliou-se à Prússia contra a Áustria, obtendo a anexação de Veneza; e, aproveitando-se da guerra Franco-Prussiana, terminou por anexar os territórios papais, completando a unificação da Itália.

Revoluções e guerras têm, indubitavelmente, um enorme poder de desestabilização das sociedades. As perseguições políticas armaram o braço da lei; a elevação dos impostos para financiar os exércitos reduziu as rendas; o serviço militar obrigatório tornou-se abusivo, três anos na Alemanha e Áustria, cinco na França, sete na Rússia, entre seis e sete em Portugal[27]. Tudo isto somado às mazelas criadas pela industrialização e urbanização fertilizaram o ambiente, tornando-o propício à germinação das ideologias que, no plano cultural, ativaram ainda mais o elã emigrantista. A impossibilidade de implementar nos países europeus a receita dos socialistas utópicos, ou seja, atingir a igualdade social pelo controle de todo o aparato econômico pelo Estado, como preconizava Louis Blanc em seu livro *A organização do trabalho*, estimulava nos desiludidos imaginar a possibilidade de realizá-la fora da Europa, nos países abertos à imigração.

Toda uma gama de opções socialistas contribuiu para adensar este caldo de cultura política: assistencialistas, associativistas, mutualistas, revolucionários e anarquistas. Nenhuma dessas variáveis, contudo, teve a força do socialismo científico nascido nas reflexões de Karl Marx e Friederich Engels, condensadas no *Manifesto Comunista*, de 1848, e detalhadas no clássico de Marx, *O Capital*. Aí estão consagrados os princípios fundamentais da análise histórica da sociedade humana, baseadas na primazia da luta de classes. Preconizava o triunfo do proletariado e a emergência de uma sociedade sem classes, que se atingiria pela união do proletariado. Para executar essa tarefa organizou-se, em 1864, em Paris, a I Internacional dos Trabalhadores, que deveria congregar os esforços de todos os partidos socialistas do mundo em prol da tomada do poder pelo proletariado. De fato, como vimos, a fermentação das idéias socialistas teve um papel importante nos movimentos revolucionários de 1848 e, sobretudo, na Comuna de 1871. Por outro lado, pôs em estado de alerta as classes dominantes em toda a Europa, pronta a exilar pela força todos aqueles que considerasse contaminados pelo ideário que preconizava o fim de sua hegemonia econômica, social e política.

A literatura e as artes plásticas jogaram um papel não menos importante neste elã cultural que induzia à emigração[28]. Os relatos de viagens, reais ou fic-

tícios, produzidos pelos grandes escritores, estimulavam o gosto pela aventura, pelo desejo de conhecer povos e culturas diferentes. As viagens dos exploradores, financiadas pelas sociedades geográficas, que percorriam caminhos jamais trilhados pelo homem branco, eram publicadas com grande êxito na Europa. Os folhetins e novelas tinham grande aceitação popular, sobretudo quando falavam da superioridade do homem branco no contato com a natureza indômita e povos considerados de cultura primitiva, em meio aos quais, a exemplo de Tarzan, poderiam instalar o reinado de seres superiores, brancos, em meio ao caos e selvageria do mundo negro.

O ideal cruzadista e missionário, latente desde os tempos do velho colonialismo, renascia no embate entre as numerosas correntes religiosas emergentes no século XIX. A idéia de missão civilizadora contemplava as teorias racistas de Chamberlain e Gobineau. Atendia aos pressupostos da superioridade das espécies alardeada pelo darwinismo social. Aparecia de forma explícita na justificativa para a colonização da África, da ocupação de pontos estratégicos na Ásia, da instalação de imigrantes na América do Norte, ou de colônias de povoamento na América do Sul. Dentro da própria Europa, argumentos civilizacionais eram mobilizados pelo Czar Nicolau II para estimular o deslocamento de russos para as franjas asiáticas do Império, a chamada "missão oriental". Fome, ambição, glória, motivações de toda natureza ativaram os circuitos mentais dos europeus, um imaginário do qual não se apagara a visão de um paraíso terreal, que tanta importância tivera na primeira grande colonização realizada pelos europeus nas terras do novo mundo. Um éden depurado, pois perdera a sacralidade que a progressiva racionalização e laicização do mundo realizara, mas que permanecera no substrato cultural, uma longa duração que empurrava homens e mulheres a enfrentar o desafio do ignoto.

5. O MOVIMENTO DA EMIGRAÇÃO EUROPEIA OITOCENTISTA

Cerca de 40 milhões de europeus migraram entre 1850 e 1920. Se a data limite fosse 1930, o número se elevaria para 50 milhões. Somente nas três últimas décadas do século saíram 20 milhões, que correspondiam a 40% do crescimento anual da população européia nesse período. O pico foi atingido entre 1909 e 1914, quando o fluxo alcançou um milhão e meio de emigrantes. O que explicaria esses ciclos? Razões endógenas (européias) ou exógenas (dos países receptores)? Nos Estados Unidos, um embate mobilizou a comunidade científica em torno do problema. Para alguns autores, havia uma nítida correlação entre o desenvolvimento econômico do país e a intensificação do fluxo migratório, reforçando a tese da atração como elemento propulsor do deslocamento populacional. Para outros, o clico se explica pelas condições econômicas dos países de origem dos emigrados, sobrelevando o papel da repulsão social[29]. No fundo, atração e repulsão se completam, sendo o peso relativo de cada uma determinado pelo momento histórico atravessado pelas economias transoceâni-

cas envolvidas, não havendo dúvidas, porém, sobre o fato de que a emigração foi a válvula de escape para o intenso crescimento demográfico.

A primeira grande vaga da emigração européia estende-se, *grosso modo*, entre os anos 1815-1850. Predominam, nesse período, os emigrantes procedentes da Grã-Bretanha, entre os quais se contam ingleses, propriamente ditos, além de escoceses, gauleses e irlandeses, atingindo a cifra de 2 370 000, dentre os quais os irlandeses contavam 1 830 000. Somente no período crítico de 1845 a 1855, quando a crise da fome da batata matou 1 milhão de pessoas, emigraram 1 841 000 irlandeses. O ano de 1851 foi excepcional, pois saíram 250 mil pessoas fugindo da fome que se abatera sobre a Irlanda, o que explica o crescimento negativo da população do país no final do século. Os Estados Unidos eram o destino preferido da grande maioria dos emigrantes de procedência britânica.

De 1850 em diante, até 1880, os britânicos, que representavam 80% do contingente migratório, reduzem-se a 55%, entrando em cena a emigração alemã e escandinava. O fluxo de emigrantes alemães foi interrompido no início do século XIX pelas guerras napoleônicas, mas foi reativado depois de 1815, com a Restauração e as perseguições políticas instauradas, e também pelas péssimas colheitas auferidas. Entre 1841-1845, saíram 54 mil emigrantes da Alemanha; no qüinqüênio seguinte, foram 403 100. No período convulsionado pelas guerras da unificação, o fluxo voltou a crescer, atingindo 530 200 emigrantes. O pico foi alcançado entre 1881-1885, quando saíram 857 300 pessoas, declinando gradativamente, desde então, até estabilizar-se em torno de 150 mil por ano.

Figura 4: Destino da emigração alemã via Hamburgo e Bremen – representação absoluta e percentual (1847-1914)

ANOS	TOTAL	EUA		CANADÁ		BRASIL		ARGENTINA		AUSTRÁLIA	
1847-1850	145 300	129400	89,1%	9600	6,6%	1100	0,8%	–	–	4800	3,3%
1851-1855	403 100	322400	80%	16400	4,1%	8100	2%	–	–	11700	2,9%
1856-1860	268 500	227300	84,7%	10200	3,8%	9900	3,7%	–	–	7000	2,6%
1861-1865	249 400	28400	83,6%	10800	4,3%	3900	1,6%	–	–	7000	2,9%
1866-1870	530 200	474200	89,4%	14800	2,8%	9600	1,8%	–	–	2200	0,4%
1871-1875	394 700	365100	92,5%	900	,2%	11600	2,9%	700	0,2%	5200	1,3%
1876-1880	228 100	195300	85,6%	400	0,2%	9300	4,1%	800	0,4%	4700	2,1%
1881-1885	857 300	797000	93%	2700	0,3%	7900	0,9%	3000	0,3%	5400	0,6%
1886-1890	485 200	440100	90,7%	1200	0,2%	10900	2,2%	5300	1,1%	2500	0,5%
1891-1895	402 600	371500	92,3%	11300	2,8%	8400	2,1%	3600	0,9%	1500	0,4%
1896-1900	127 200	107400	84,4%	1700	1,3%	4000	3,1%	2800	2,2%	1000	0,8%
1901-1905	146 600	134900	92%	1200	0,8%	2600	1,8%	1800	1,2%	800	0,5%
1906-1910	133 100	120300	90,4%	2000	1,5%	1400	1,1%	2800	2,1%	700	0,5%
1911-1914	78 800	61300	77,8%	3300	4,2%	800	1%	3600	4,6%	1200	1,5%

Fonte: MÖNCKMEIER, 1912: 192

Os números são sempre impressionistas. Não podem ser tomados em seu caráter absoluto, sobretudo os referentes à emigração alemã, pois ela inclui e exclui pessoas de modo aleatório. Dada a especial configuração político-administrativa anterior à unificação; dada a existência de um Império Austro-Húngaro, que congregava uma grande variedade de povos com língua oficial alemã, a tabela em apreço poderia ser dilatada ou restringida, pois muitos que se identificavam como alemães não eram, e outros, como os austríacos, que poderiam sê-lo, foram contabilizados noutra estatística. De qualquer forma, não menos do que cinco milhões de alemães emigraram entre 1815 e 1914, um número expressivo perante os 60 milhões que saíram de toda a Europa. Disseminando-se por vários continentes, da Austrália à Oceania, concentraram-se preferencialmente na América, sobretudo nos Estados Unidos, que receberam 90% dos emigrados, isto é, um significativo contingente de 4,5 milhões de pessoas.

Apesar da reduzida escala do crescimento populacional da França no século XIX, o número de emigrantes intensificou-se a partir de 1870. Até o ano de 1910, abandonaram a França 800 000 pessoas, com destinos preferenciais para a América do Norte, Estados Unidos e Canadá, além da Argentina. Muitos foram para a Argélia e outros domínios pertencentes ao império colonial francês. Diferentemente das demais emigrações, em geral os franceses que partiam eram pequenos empresários, gerentes, comerciantes e profissionais liberais, que dava à sua emigração um perfil social específico.

A segunda onda começa em 1880 e se estende até 1914, sendo denominada a nova emigração por traduzir o recuo da vitalidade demográfica da Europa Ocidental. Corresponde, em parte, à Grande Depressão que se abatera sobre a Europa a partir de 1873, mas que teve continuidade mesmo depois que o ciclo depressivo se interrompeu, em 1896. Vinte milhões de europeus deixaram o continente, num ritmo alucinante que superava a casa de um milhão, no ano de 1900, e dois milhões, em 1913. Se de um lado do Atlântico a depressão econômica na Europa reduzia o passo do crescimento e da oferta de empregos; do outro lado, o vigoroso crescimento industrial nos Estados Unidos não poderia ser sustentado sem o concurso do braço imigrante, mão-de-obra graciosa, por cujo custo de formação não tivera que pagar. Latinos e eslavos formam o grande contingente dos novos emigrantes, cerca de 80% do total, dentre os quais se destacavam italianos, espanhóis, portugueses, russos, polacos, romenos, armênios, austro-húngaros, reduzindo-se a presença dos anglo-saxões, majoritários no período anterior, a meros 20% do total; assim mesmo, são principalmente irlandeses, pois os ingleses foram direcionados pelo Estado britânico para os domínios ultramarinos.

Os Impérios da Europa centro-oriental incluíram-se nos fluxos migratórios de forma mais intensa nesta segunda vaga emigrantista. Insignificantes na primeira metade do século XIX, em 1876-1880 já ascendiam a 59 mil emigrantes procedentes da Áustria e da Hungria, alcançando, respectivamente, a casa dos 2,3 milhões e dois milhões no período de 1975-1914, dentre os quais havia, necessariamente, um grande número de eslavos. O destino preferencial, à seme-

lhança dos alemães, eram os Estados Unidos, que receberam 90% da massa de emigrados. Tanto em relação ao ritmo quanto aos números e ao destino, a emigração procedente do Império russo assemelha-se à do seu co-irmão. Uma diferença importante era a emigração orientada pelo Estado russo para os territórios asiáticos do Império, o que significa, em último caso, uma forma de migração intranacional. Isto não significa que a emigração transoceânica fosse desprezível. Entre 1828 e 1859, o fluxo cresceu moderadamente; progrediu rapidamente entre 1860 e 1899; e, deu um salto significativo após 1890. No conjunto, entre 1828 e 1915, emigraram 4 500 000 de cidadãos russos de diferentes raças e etnias. A grande maioria era constituída por judeus, seguindo-se os poloneses, os próprios russos e os finlandeses. A distribuição percentual dos destinos preferidos indica 71,9% para os Estados Unidos, 4% para o Canadá e 3,7% para Argentina e Brasil.

Coube aos povos latinos a parcela maior dos emigrantes no último terço do século XIX: espanhóis, portugueses e, sobretudo, italianos. O fracasso da industrialização na Espanha foi um dos motivos que estimularam fortemente a emigração. Sem opção de emprego no setor urbano-industrial, a grande maioria da população submetia-se aos ciclos agrícolas que, muitas vezes, se transformavam em epidemias de fome e peste. Para aliviar a tensão social e diminuir a própria responsabilidade do Estado, os governos espanhóis assumiram a liderança do processo, seja transferindo condenados a penas prisionais rumo às colônias, Cuba e Porto Rico, ou para outras regiões da América espanhola, tais como México, Equador ou Venezuela; ou, então, disciplinando o fluxo migratório para regiões previamente selecionadas, caso do Brasil, beneficiado pela ordem real de 1865, que transformava o Império brasileiro em destino prioritário. Não obstante, a atração exercida pelos Estados Unidos, aliada à pressão populacional interna na Espanha, levou ao estabelecimento de uma política de portas abertas, beneficiando as regiões com maior potencial de emigrantes, especialmente Andaluzia, Galícia, Catalunha e Canárias. Entre 1906 e 1910, emigraram 318 000 espanhóis. No longo período que vai de 1820 a 1920, o Brasil recebeu 510 515 imigrantes espanhóis, o que representa o terceiro contingente populacional, atrás apenas de italianos e portugueses.

Entre os latinos, os portugueses ocupam o segundo lugar na ordem das emigrações. A vocação para se deslocar através do mundo é uma das grifes dos cidadãos portugueses firmada num longo percurso histórico[30]. No século XIX, mesmo com taxas modestas de crescimento demográfico – pois o país passou de 4,2 milhões de habitantes, em 1880, para 5,4 milhões em 1900, e 5,9 em 1913 –, foi enorme a pressão para que os cidadãos partissem em direção a outros destinos. Não tendo participado do processo de industrialização generalizado que percorreu a Europa, assim como a Espanha, a estrutura produtiva tornou-se incapaz de absorver os contingentes de assalariados potenciais libertos das atividades agrícolas e de subsistência[31], resultando em massa numerosa que não encontrava trabalho nem na indústria, nem no campo. Sem os meios básicos de subsistência, emigravam indivíduos ou famílias inteiras. Motivações

políticas somavam-se às econômicas insuflando o êxodo. Perseguições políticas, falta de liberdade de expressão e, sobretudo, a obrigatoriedade do serviço militar por longos seis a sete anos, que estimulava as famílias a preferirem investir na compra de uma passagem que levasse seus filhos para a segurança no estrangeiro, com a vantagem suplementar do retorno monetário representado pelas remessas de seus parentes emigrados.

Tendo hesitado entre estimular e restringir o fluxo emigratório, o Estado adotou uma política conciliatória, em que uma parte do contingente populacional foi dirigida para as colônias africanas, a fim de manter o aparato administrativo e militar que a dominação exigia; e a outra se permitiu emigrar, apesar das proibições, pois a remessa de divisas tornou-se fundamental para preservar o equilíbrio da balança de pagamentos e a saúde financeira do Estado. Nestes termos, a emigração, que era fruto do subdesenvolvimento do capitalismo português, transformou-se em elemento essencial à preservação do *status quo*[32].

Os números relativos à emigração portuguesa somente se tornam confiáveis a partir de 1855, como se pode depreender da análise do gráfico e da tabela abaixo disponibilizados.

Figura 5: Emigração portuguesa oficial e estimada entre 1855 e 1940

PERÍODOS	SAÍDAS LEGAIS	ESTIMATIVAS COM CLANDESTINOS
1855-1864	77 049	80 901
1865-1878	148 248	155 661
1879-1890	215 502	247 903
1891-1900	268 326	307 903
1901-1911	385 928	439 046
1912-1920	366 114	391 743
1921-1930	324 752	347 486
1931-1940	109 252	

Fonte: BAGANHA, 2001: 449-450

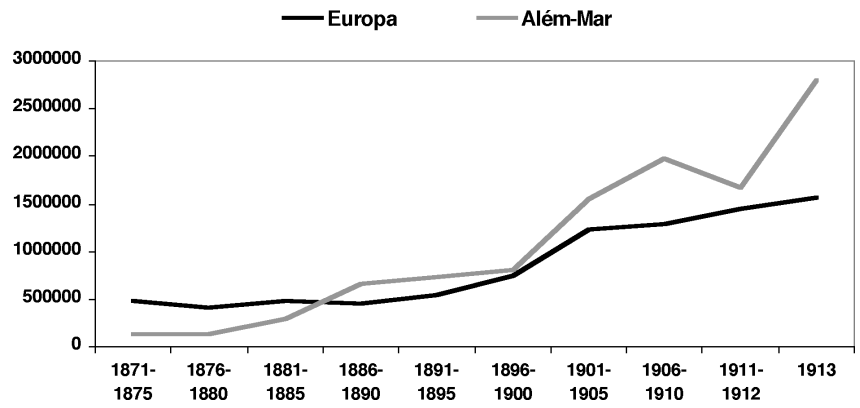
Constata-se pelos dados em tela que a emigração portuguesa arranca a partir de 1865, atingindo seu clímax no qüinqüênio 1901-1911, quando as saídas registradas oficialmente somaram 385 928 emigrantes que, somados às estimativas daqueles saídos clandestinamente, elevam-se a 439 046 indivíduos. Foi somente nas décadas finais do século XIX que a emigração portuguesa alcançou o índice dos países considerados de emigração maciça, isto é, a taxa média de quatro emigrantes por cada mil habitantes. O volume total das saídas em todo o período atingiu dois milhões de pessoas, com uma média anual em torno de 25 mil, evidenciando-se que, para cada 100 saídas, nove se faziam clandestinamente. Nos anos mais agudos da emigração portuguesa 271 mil indivíduos deixaram o país, entre 1911 e 1915, dos quais 90% se diri-

giram para a América, principalmente para o Brasil, que recebeu 1 160 000 portugueses entre 1857 e 1924.

A Itália colocou-se na liderança dos países exportadores de homens e mulheres no século XIX. Até o qüinqüênio 1881-1885, o fluxo migratório dirigia-se majoritariamente para os próprios países europeus, especialmente para a França. A partir do qüinqüênio seguinte, o além-mar é seu principal destino, sem que o fluxo para os países europeus tenha perdido importância, como se constata na Figura 6:

Figura 6: Médias quinquenais das emigrações italianas para a Europa e países ultramarinos

QUINQUÊNIOS	EUROPA	ALÉM-MAR	TOTAL
1871-1875	479 885	125 505	631 975
1876-1880	411 005	132 975	543 980
1881-1885	475 730	294 975	770 705
1886-1890	453 470	655 025	1 108 495
1891-1895	545 335	737 215	1 282 550
1896-1900	742 665	809 505	1 552 170
1901-1905	1 224 040	1 546 210	2 770 250
1906-1910	1 287 970	1 968 470	3 256 440
1911-1912	1 448 010	1 665 215	3 113 225
1913	1 565 160	2 797 830	4 362 990



Fonte: *Emigração Italiana. A emigração como fenômeno social*.
Disponível em: http://www.lagosnet.com.br/italia/verpor/index2.htm (1 de Setembro de 2004)

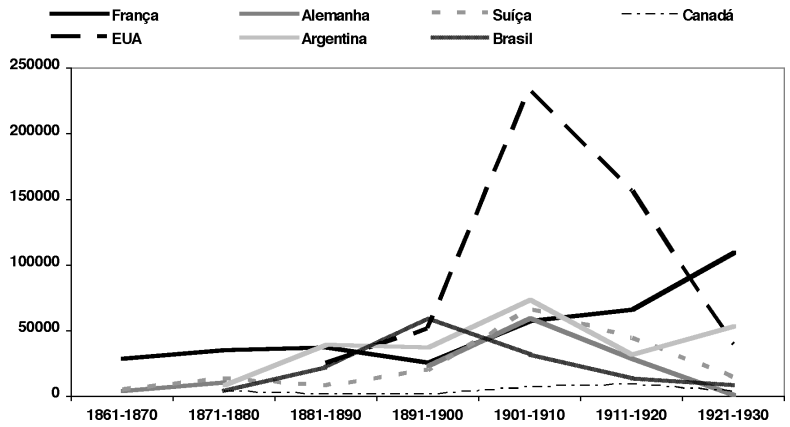
A massa dos emigrantes procedia, sobretudo, das regiões mais sofridas, em visível situação de desagregação social, do Veneto e Fruili na fase inicial e do sul após a Primeira Guerra Mundial. A elevada pressão demográfica contrastava com a reduzida disponibilidade de empregos, que se traduzia em salários

aviltantes. Sem políticas governamentais que pudessem minorar a gravidade da situação, as massas tomaram espontaneamente o caminho da emigração, procedimento esse que não desagradava de todo ao governo, pois de um lado, diminuía as tensões sociais no campo e na cidade; por outro, equilibrava a balança de pagamentos pelas remessas monetárias vindas do exterior. Se a válvula de escape funcionou bem durante um certo período, o resultado final foi nefasto, pois vastas áreas do país nas partes meridionais tornaram-se despovoadas, afastando ainda mais a possibilidade de integração dessas regiões à porção norte do país, dinamizada pela industrialização. Conjunturas específicas contribuíram para agravar ainda mais a situação, como a crise decenal de 1882--1892, que atingiu duramente as regiões agrícolas produtoras de vinho e seda. Isto explica, de certa forma, a excepcional saída de emigrantes no ano de 1888, as cifras alcançaram 204 264 pessoas.

A emigração italiana para os países de além-mar continuou a crescer nas últimas décadas do século. Entre 1876 e 1880 saíram 133 000 pessoas, média de 26 596 por ano; de 1886 a 1890, foram 655 000, com média de 131 005 por ano; no qüinqüênio 1896-1900, somam 810 000, média de 161 901; e, o cume da pirâmide entre 1906-1910, quando saíram 1 970 000 pessoas, correspondendo à média anual de 393 694 italianos. Nos anos seguintes, a tendência revela ligeiro declínio; mesmo assim, no período de 1910-1915 abandonaram a Itália 1 546 000 emigrantes, certamente movidos pelo afã de escaparem à guerra iminente. No conjunto, entre 1876 e 1915, nada menos do que 7 500 000 de italianos deixaram a Europa e outros 6 250 000 partiram da Itália para trabalhar ou viver em variados países da própria Europa. Um êxodo que esvaiu as reservas humanas do país e comprometeu seriamente o ritmo do desenvolvimento econômico ulterior.

Figura 7: Médias anuais da emigração italiana por países de destino

DECÊNIOS	FRANÇA	ALEMANHA	SUÍÇA	CANADÁ	EUA	ARGENTINA	BRASIL
1861-1870	28 850	4 403	3 818	-	-	-	-
1871-1880	34 749	10 594	13 282	2 675	-	8 608	3 722
1881-1890	37 407	8 639	7 118	627	24 487	39 151	21 555
1891-1900	25 928	23 093	18 906	592	51 433	36 722	58 022
1901-1910	57 262	59 104	65 567	6 510	232 945	73 460	30 336
1911-1920	66 449	28 507	43 360	8 363	156 678	31 552	12 588
1921-1930	109 107	1 153	14 189	3 257	38 861	53 330	7 559



Fonte: CLOUGH, 1964: 139

A relativização desta estatística impressionante fica por conta da não-contabilização dos retornados, isto é, muitos são computados duas vezes ou mais, pois são trabalhadores temporários em outras paragens que, como aves de arribação, retornam periodicamente a seu país. É o caso da emigração *golondrina*, em que os trabalhadores italianos flutuavam entre a colheita do trigo nas províncias argentinas de Córdova e Santa fé, no verão tropical, e a colheita dos campos do Piemonte, na primavera italiana. Mesmo dentre os que se deslocavam para os Estados Unidos, cerca de 30% retornavam ao seu país; da Argentina, eram 53%. Nada que se igualasse, entretanto, aos povos de origem balcânica, cujo índice de retorno variava entre 86% e 90%.

Os Estados Unidos foram os maiores beneficiários dessa epopéia humana. Receberam, entre 1860 e 1913, mais de 26 milhões de europeus, dos quais 18 milhões fixaram-se definitivamente no país. A população, que em 1800 contava 5 milhões de habitantes, passou para 100 milhões em 1914. A América Latina foi o segundo espaço geográfico no mundo em acolhida de imigrantes, especialmente o Brasil e a Argentina. Com a abolição da escravatura, em 1888, acelera-se o ritmo da entrada de imigrantes no Brasil, sendo que, entre 1890 e 1914, as entradas anuais passaram de 107 mil para 194 mil pessoas, 40% dos quais eram italianos, 36% portugueses e 18% espanhóis. A Argentina, por seu turno, recebeu uma média anual de 111 mil imigrantes entre os anos de 1886 e 1980, média esta que se elevou a 360 mil no período de 1906 a 1913. Na América do Norte, o Canadá recebeu, sobretudo, imigrantes ingleses, que se destinaram também à Austrália, regiões pertencentes aos domínios britânicos. Neste caso, a corrente migratória foi tão intensa que medidas restritivas duras foram adotadas, exigindo-se dos interessados um certo montante de capital e saber especializado, procedimento semelhante ao adotado na Nova Zelândia. Partes da África, Argélia, Tunísia e, especialmente, a África do Sul, também foram contempladas com o fluxo migratório.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significado mais profundo da emigração européia, no século XIX, somente encontra paralelo histórico na transferência compulsória de mais de 10 milhões de seres humanos para o trabalho nas minas e nas plantações do novo mundo na época do antigo sistema colonial. Emigração forçada num caso, espontânea no outro, ambas se fundem no espaço de maior receptação moderna desses fluxos populacionais, gestando aí uma experiência singular que traduz a força e a fraqueza dos países nascidos dessa integração.

Mola propulsora dessa epopéia nacional, a Europa beneficiou-se de seu impacto econômico pela intensificação da circulação de capital, expresso no montante de recursos levados pelos emigrantes para o estrangeiro e seu retorno em valores multiplicados pelas remessas periódicas realizadas; e mais, promoveu a expansão do mercado das nações européias, pelo apego tradicional de seus filhos aos produtos da terra; finalmente, a emigração promoveu uma alta geral de salários no continente europeu pela queda do número de trabalhadores disponíveis no país, ao mesmo tempo em que contribuiu para a redução do preço das terras.

Em termos restritamente demográficos, pois que é este exatamente o centro da questão, as emigrações desequilibraram a balança entre os sexos, gerando uma enorme disponibilidade de mulheres, mais numerosas do que os homens em 253 000 em 1801, tornaram-se 1 197 000 em 1914, com todas as conseqüências sociais que estes números podem significar. As taxas de natalidade decresceram; subiram as taxas de mortalidade pela saída dos mais jovens, combinação perversa que poderia estimular as famílias a produzirem filhos que lhes trouxessem recursos do exterior[33].

Se a emigração européia decorreu, em larga medida, da industrialização retardatária da Europa e das pressões demográficas, sua contribuição foi essencial para o desenvolvimento dos novos países, ex-colônias. Fruto da urbanização, contribuíram decisivamente na ereção das grandes cidades portuárias do Novo Mundo: Nova York, Rio de Janeiro, Buenos Aires, promovendo uma integração indissolúvel entre as culturas de origem e as culturas de adoção. Os arquitetos europeus erigiram grande número de obras urbanísticas através do mundo, imprimindo sua marca arquitetônica presente nas edificações e, sobretudo, nos monumentos públicos que, apesar de motivados pela autóctone, foram representados com a roupagem da cultura da importação. Impensável a ocupação das terras do meio-oeste norte-americano sem a força dos imigrantes. Impensável o desenvolvimento vertiginoso da indústria nas grandes cidades dos Estados Unidos sem sua contribuição decisiva. Impensável também o avanço da cafeicultura brasileira sem seus braços; a industrialização de São Paulo sem sua participação; a pecuária e a agricultura argentinas sem seus esforços. Parceira incontornável da colonização, profundamente enraizados no processo de industrialização européia, expressam um momento ímpar de europeização do mundo, de consolidação de sua hegemonia cultural, condição *sine qua non* de valorização do capital que os séculos vindouros saberiam testemunhar.

BIBLIOGRAFIA

ARMENGAUD, André (1975), "Population in Europe 1700-1914", in *The Industrial Revolution. The Fontana Economic History of Europe*, org. Carlo Cippola, vol. V. London: Fontana/Collins.

ARRUDA, José Jobson (1980), *O Brasil no comércio colonial*, São Paulo, Ática.

ARRUDA, José Jobson (2001), "O sentido da Colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)", in *História de Portugal*, org. José Tengarrinha, Bauru-São Paulo: EDUSC e UNESP.

BAGANHA, Maria Ioannis (2001), "Historiografia da emigração portuguesa para o Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro", in *Brasil-Portugal: História, agenda para o milénio*, org. José Jobson Arruda; Luís Adão da Fonseca, Bauru, EDUSC.

BAUMONT, Maurice (1965), *L'Essor Industriel et L'Imperialisme Colonial, 1878-1907. Peuples et Civilisations*, Paris: Presses Universitaires de Frances.

BENJAMIN, Thomas (2006), *Encyclopedia of Western Colonialism since 1450, vol. III, Science and Techonology to Zulu wars*, London: Thomson Learning.

BORCHARDT, Knut (1973), "The Industrial Revolution in Germany", in *The emergence of industrial societies-1. The Fontana Economic History of Europe*, org. Carlo Cippola. London: Fontana/Collins.

BOWRA, B. M. (1972), *La imaginación romántica*, Madrid: Taurus.

CAFAGNA, Luciano (1973), "The Industrial Revolution in Italy 1830-1914", in *The emergence of industrial societies-1. The Fontana Economic History of Europe*, org. Carlo Cippola. London: Fontana/Collins.

CAMERON, Rondo (1971), *La France et le développement économique de L'Europe 1800--1914*, Paris: Éditions du Seuil.

CINANNI, P. (1968), *Emigrazione e imperialismo*, Roma: Editori Riuniti.

CIPOLLA, Carlo M. (1964), *Historia económica de la población mundial*, Buenos Aires: Eudeba.

CLOUGH, Shepard B. (1964), *The Economic History of Modern Italy*, New York: Columbia University Press.

CORBIN, Alain (1989), *O Território do Vazio*, São Paulo: Companhia das Letras.

DHONDT, Jan; BRUWIER, Marinette (1973), "The Industrial Revolution in the Low Countries 1700-1914", in *The emergence of industrial societies-1. The Fontana Economic History of Europe*, org. Carlo Cippola. London: Fontana/Collins.

FERRO, Marc (1996), *História das colonizações*, Lisboa: Estampa.

GOLLWITZER, Heinz (1969), *O Imperialismo Europeu 1880-1914*, Lisboa: Editorial Verbo.

GROSSMAN, Gregory (1973), "The Industrialization of Russia and the Soviet Union", in *The emergence of industrial societies-1. The Fontana Economic History of Europe*, org. Carlo Cippola. London: Fontana/Collins.

HILFERDING, Rudolf (1963), *El capital financiero*, Madrid: Editorial Tecnos.

HOBSBAWM, Eric (1977), *A era do capital, 1814-1875*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBSBAWM, Eric (1974), "First Comers" y "Second Comers", in *Industrialización y Desarrollo*, Luciano Cafagna, et. al., Madrid: Alberto Corazón Editor.

JEROME, H. (1926), *Migration and Business Cycles*, New York: Prentice Hall.

LABROUSSE, Ernest (1962), "La crisis de la economía francesa al final del antiguo régimen y al principio de la Revolución", in *Fluctuaciones económicas e historia social*, Madrid: Editorial Tecnos.

LANDES, David (1994), *Prometeu desacorrentado*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

LÉON, Pierre (1976), "L'épanuissement d'un marché national", in *Histoire économique et sociale de la France*, org. Fernand Braudel; Ernest Labrousse, vol. III, Paris: Presses Universitaires de France.

LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo (eds.) (2005), *Migration, Migration History, History: old paradigms and new perspectives*, 3.ª ed, New York: Oxford.

MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando (2006), *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*, Rio de Janeiro: CEPESE/ FAPERJ.

MARX, K.; ENGELS, F. (1983), "Burgueses e proletários", in *K. Marx e F. Engels*, org. E. Fernandes, São Paulo: Ática.

MAURO, Frédéric (1996), *L'Expansion Européenne 1600-1700*, col. Nouvelle Clio, Paris: PUF.

MÖNCKMEIER, Wilhelm (1912), *Die deutsche überseeauswanderung – ein beitrag zur deutschen Wanderungsgeschichte*, Jena.

PEREIRA, Miriam Halpern (2002), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru: EDUSC.

PRADA, Valentin Vásquez de (1968), *História Econômica Mundial. De la Revolución Industrial a la actualidad*, vol. III, Madrid: Ediciones Rialp.

PRATT, M. L. (1999), *Os olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*, Bauru: EDUSC.

REINHARD, M. R.; ARMENGAUD, A. (1961), *Histoire de la populacion mundial*, Paris: PUF.

SAID, Edward W. (1995), *Cultura e Imperialismo*, São Paulo: Companhia das Letras.

SEMMEL, B. (1970), *The rise of the free trade imperialism*, Cambridge: Cambridge University Press.

SERRÃO, Joel (1977), *A emigração portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa: Livros Horizonte.

THOMAS, B. (1954), *Migration and Economic Growth: a study of Great Britain and the Atlantic economic*, Cambridge: Cambridge University Press.

TODOROV, Tzvetan (1983), *A conquista da América: a questão do outro*, São Paulo: Martins Fontes.

WOODRUFF, William (1973), "The Emergence of an International Economy 1700-1914", in *The emergence of Industrial Societes-2. The Fontana Economic History of Europe*, London: Fontana/Collins.

NOTAS

1 Uma das tendências é a colagem da colonização na industrialização e no imperialismo: BAUMONT, 1965. A outra é o tratamento das emigrações inserindo-as nas histórias demográficas: ARMENGAUD, 1975: 22-76. Um dos raros textos a juntar emigração com colonização, assim mesmo de forma indireta, CINANNI, 1968. Textos recentes que se pretendem inovadores sobre a matéria continuam a tratar isoladamente os fenômenos considerados, tais como BENJAMIN, 2006; LUCASSEN e LUCASSEN, 2005.

2 A expressão é de Labrousse, utilizada para caracterizar a economia do Antigo Regime, dominada pelos produtos agrícolas, cujos preços tendiam a variar em sentido inverso à produção (LABROUSSE, 1962: 339).

3 A expressão é tomada de empréstimo do livro de CORBIN, 1989. Neste caso, trata-se do vazio real, concreto, espaços vazios do ecúmeno, opostamente ao livro de Corbin, que trata do nascimento do prazer à beira-mar, o que pressupõe, necessariamente, ocupação humana.

4 Partimos da reflexão do lingüista Todorov, que explica a facilidade encontrada pelos europeus na conquista da América pela capacidade de manipulação do outro, no caso, os ameríndios (TODOROV, 1983).

5 Estrito senso, a expressão imperialismo identifica a fase monopolista de capitalismo. *Lato sensu* significa também a expansão neocolonialista atrelada à grande indústria associada aos interesses bancários. Para os pensadores marxistas, contempla a abolição da livre concorrência, a entrada em cena dos trustes e cartéis, o estreitamento das relações entre capital industrial e bancário que em sua fase abstrata e suprema assume a forma de capital financeiro (HILFERDING, 1963).

6 A partir da segunda metade do século XVIII instala-se um novo padrão de acumulação no Brasil. A Colônia torna-se fornecedora de alimentos e matérias-primas que garantem o ritmo de crescimento das fábricas portuguesas (ARRUDA, 2001: 245-264).

7 Em lugar do protecionismo e do monopólio explícitos, entrava em cena uma forma mais sofisticada, mais sutil de controle das economias mais fracas pelas mais fortes, o chamado imperialismo informal (SEMMEL, 1970).

8 A expressão foi utilizada por Hobsbawm para analisar as economias retardatárias do século XX. Aplica, em seu arcabouço teórico, igualmente, à compreensão do processo de industrialização ampliada no século XIX (HOBSBAWM, 1974: 47-74).

9 William Cockerill (1759-1832) chegou à Bélgica em 1799, onde fundou uma fábrica para produzir máquinas de fiar, atraindo outros empresários ingleses (DHONDT e BRUWIER, 1973: 344-345).

10 "Em realidade, a nova estrutura da propriedade, nascida da Revolução foi, na própria França, um obstáculo importante às mudanças tecnológicas" (CAMERON, 1971: 14).

11 ARRUDA, 1980: 364 e segs.

12 LÉON, 1976: 275-304.

13 De certa forma, a industrialização tardia beneficiou a Alemanha, que pode evitar os erros cometidos pelos líderes, fugir das indústrias de tipo antigo e incorporar as tecnologias mais modernas (BORCHARDT, 1973: 83).

14 A política intervencionista firmou-se a partir de 1887 com a ação do Estado na defesa das indústrias siderúrgicas e mecânicas, instituindo-se cotas destinadas a suprir as necessidades dos setores ferroviário e naval (CAFAGNA, 1973: 293).

15 GROSSMAN, 1973: 490-491.

16 Sobre o quadro geral da colonização, ver MAURO, 1996: 259-261. Ferro lembra que, apesar de sua enorme voracidade colonialista como política compensatória para perdas territoriais no continente europeu, os franceses priorizaram os investimentos financeiros fora do seu império colonial, privilegiado o Império Otomano e o Império Russo (FERRO, 1996: 103).

17 É o que Landes considera a terceira etapa da industrialização, a da automação em que as máquinas, além de fazer, pensam, instaurando o "medo do desemprego tecnológico" (LANDES, 1994: 330).

18 HOBSBAWM, 1977.

19 WOODRUFF, 1973: 694.

20 A formulação lapidar que aparece no texto *Fondements de la critique de l'Économie Politique*, Ed. Ébauche (1857-1858) foi precedida em termos mais genéricos no Manifesto do Partido Comunista de 1848: "Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações" (MARX e ENGELS, 1983: 368-369).

21 WOODRUFF, 1973: 699.

22 WOODRUFF, 1973: 622.

23 REINHARD e ARMENGAUD, 1961: 263.

24 CIPOLLA, 1964: 83.

25 PRADA, 1968: 183.

26 HOBSBAWM, 1977.

27 WOODRUFF, 1973: 702.

28 Sobre a temática cultural da expansão européia no século XIX, ver GOLLWITZER, 1969; SAID, 1995; PRATT, 1999; BOWRA, 1972.

29 O debate envolveu, inicialmente, JEROME, 1926; THOMAS, 1954.

30 Os esforços conjuntos de pesquisadores brasileiros e portugueses criaram condições para o relançamento dos estudos sobre a migração portuguesa para o Brasil, alicerçados nas novas tecnologias produgalizadas pela informática e estimulados pelos novos objetos que passaram a compor os horizontes da história cultural (MARTINS e SOUSA, 2006).

31 SERRÃO, 1977.

32 PEREIRA, 2002: 23.

33 ARMENGAUD, 1975: 71.